

Planalto espera por um Iacocca

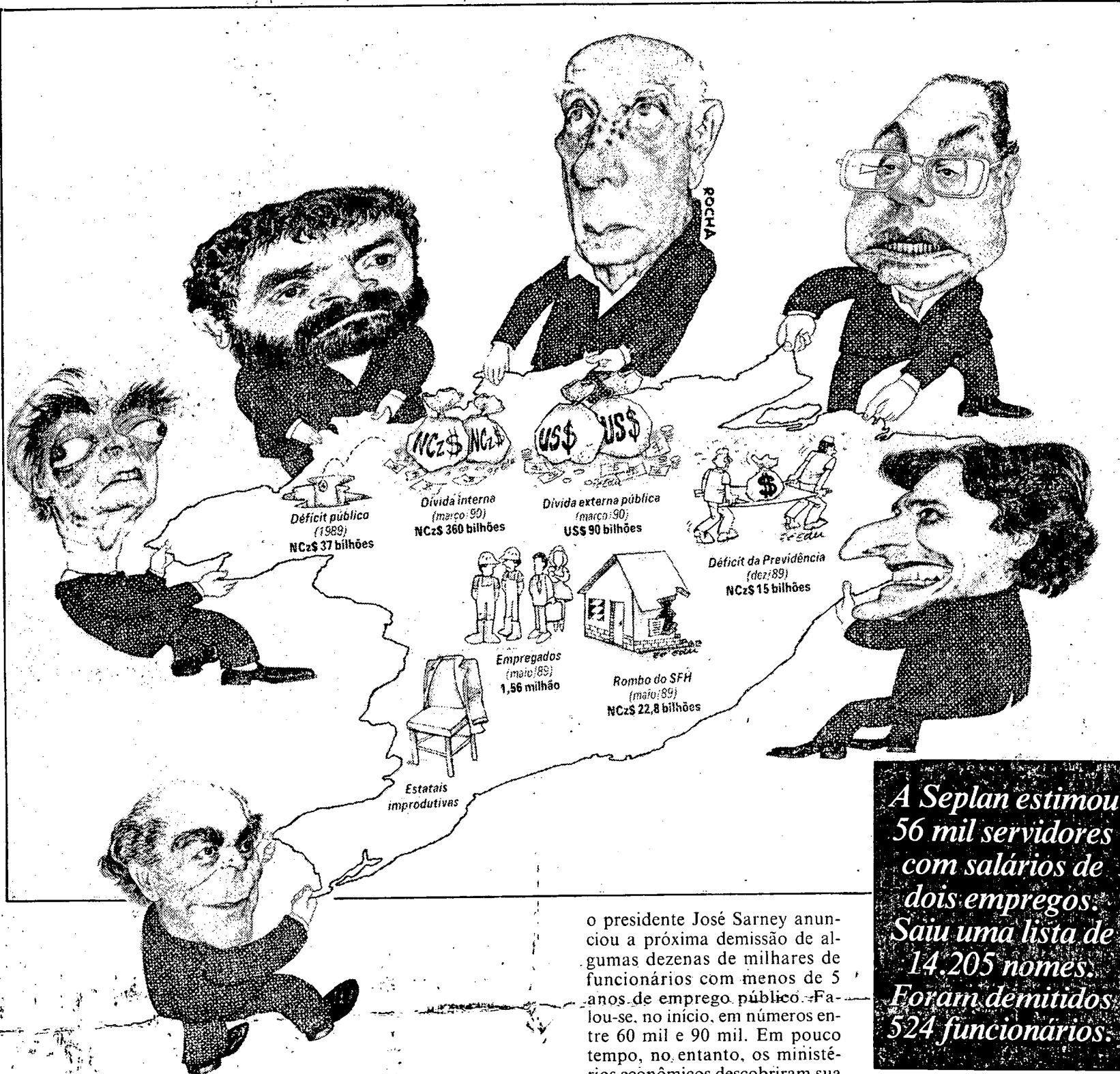
A primeira missão do novo presidente será assumir o governo do próprio governo

DAVID RENAULT

BRASÍLIA — O presidente eleito subirá a rampa do Palácio do Planalto, em 15 de março de 1990, para assumir o posto de principal executivo de uma das mais caras, mais inchadas e mais ineficientes organizações do mundo, com 1,5 milhão de empregados — muitos inúteis, mas quase todos indemissíveis —, um organograma com mais de 20 mil siglas confusas, uma enorme carteira de maus investimentos, um péssimo serviço de cobrança, contas atrasadas, um déficit explosivo e uma dívida em títulos diariamente renegociada em condições difíceis.

Apesar de seu posto, o novo presidente só com muita dificuldade exercerá algum comando sobre os dois grandes orçamentos de sua organização, com gastos globais previstos, neste ano, em NCz\$ 270 bilhões a preços de janeiro. O orçamento da administração direta — ministérios, secretarias, divisões, autarquias e empresas dependentes do Tesouro Nacional — foi estimado no início do ano em NCz\$ 114 bilhões e está quase todo comprometido com transferências a Estados e municípios, gastos legalmente vinculados, juros e salários mais encargos de 700 mil funcionários. Há poucos dias, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, confessou exercer algum controle sobre apenas 8% da receita bruta. O ministro da Fazenda do próximo presidente da República dificilmente estará em posição mais confortável.

Os responsáveis pelas finanças do governo estão lutando este ano para conter os gastos com pessoal em 65% da receita líquida disponível — a receita bruta menos as transferências e as despesas vinculadas. No ano passado, o dispêndio com pessoal consumiu 63% do dinheiro disponível, mas em certos momentos a conta foi muito mais alta e devorou quase todos os recursos. Pior ainda: a Constituição fixa o limite de 65%, mas não especifica a base de cálculo. Os ministros fazem a conta sobre a receita disponível apenas por uma questão de bom senso — embora o bom senso seja uma condição da aritmética mas não das regras constitucionais criadas no ano passado.



Essas mesmas regras impõem novas despesas à Previdência Social, mas as fontes de recursos adicionais ainda estão sendo definidas. Em junho, o pagamento de aposentadorias e pensões deverá exigir NCz\$ 1 bilhão e o Ministério da Previdência ainda não sabe onde arranjar o dinheiro. Os ministros econômicos estão estudando uma elevação das contribuições, mas mesmo uma solução desse tipo será insuficiente para impedir sérias dificuldades durante alguns meses.

20 MIL SIGLAS

O novo presidente poderá encerrar seu mandato sem ter tido uma ideia clara de toda a máquina administrativa federal. Os computadores da Secretaria de

Orçamento e Finanças poderão mostrar-lhe as 20 mil siglas ligadas aos 19 ministérios. Ele provavelmente não entenderá muito bem o funcionamento do conjunto, mas poderá maravilhar-se ao saber da existência de uma Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e de uma Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional, ambas com misteriosa atuação nas áreas respectivas.

Se tiver sorte, o futuro presidente poderá dispor de um cadastro com informações a respeito da atividade, da localização e da história funcional dos 700 mil empregados da administração direta, mas não é muito provável. Ao lançar o Plano Verão,

o presidente José Sarney anunciou a próxima demissão de algumas dezenas de milhares de funcionários com menos de 5 anos de emprego público. Falou-se, no início, em números entre 60 mil e 90 mil. Em pouco tempo, no entanto, os ministérios econômicos descobriram sua impotência: por falta de um cadastro, ninguém poderia dizer quem tinha mais ou menos de 5 anos no setor governamental.

Mais modestamente, a Secretaria de Planejamento voltou suas baterias, em seguida, contra os funcionários com duplo emprego no governo. Imaginou-se poder arrolar 56 mil pessoas. Feita uma triagem, publicou-se uma relação de 14.205 nomes. Até agora, foram consumadas apenas 524 demissões. Muita gente, concluiu-se, na verdade não tem dois empregos. Consta da lista apenas porque houve requisições de pessoal e mudanças de local de trabalho, mas os cadastros não foram alterados. Em resumo: cadastros ou não existem ou são errados.

A Seplan estimou 56 mil servidores com salários de dois empregos. Saiu uma lista de 14.205 nomes. Foram demitidos 524 funcionários.

Os restantes 860 mil funcionários estão alojados num sistema empresarial exageradamente amplo e notavelmente heterogêneo: 19 instituições financeiras, seis empresas ligadas à Previdência Social, 22 classificadas como "tipiças de governo" e 165 produtoras de bens e serviços — como aço, petróleo, adubos, alumínio, eletricidade e aviões — em boa parte oferecidos, na maioria dos países capitalistas, por indústrias privadas. Além disso, a União tem influência sobre 27 concessionárias estaduais de energia elétrica.

Esse universo empresarial tem acumulado prejuízos crônicos, porque sua contabilidade inclui balanços como os da Petrobrás e da Companhia Vale do

Rio Doce, com lucros, em 1988, de US\$ 410 milhões e US\$ 210 milhões, respectivamente, mas também perdas gigantescas, como os US\$ 2,3 bilhões da Siderbrás, ou ainda unidades sem um centavo de receita, como a Companhia de Artesanato do Nordeste ou a Companhia Nordeste de Sondagens e Perfurações. Algumas empresas, como a Petrobrás, a Vale, a Siderúrgica Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram criadas há mais de três décadas. Mas a grande multiplicação das estatais ocorreu durante os anos 70, a sombra do autoritarismo e de interesses corporativos. Algumas, como a Siderbrás, se endividaram pesadamente para suprir recursos necessários à acumulação de reservas e ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Agora estão afundadas em crise financeira e dependem do Tesouro para pagar os juros de seus compromissos externos. Algumas com resultados em preto, outras em desastroso vermelho, as estatais compõem agora um dos aspectos mais assustadores das finanças públicas.

AUSTERIDADE E FUTURO

Para repor o País no rumo do crescimento, o novo presidente precisará de liberdade para demitir, de apoio para fechar ou vender estatais e de espaço de manobra para comandar as contas públicas. Embora um governo, a rigor, não possa ser comparado a uma empresa, o futuro presidente precisará executar no setor público uma tarefa de recuperação comparável à de Lee Iacocca na Chrysler. Para salvar a empresa, Iacocca ficou sem receber, impôs austeridade à diretoria, negociou contenção salarial com os empregados — em troca de um futuro profissional — e conseguiu do Congresso americano apoio a uma ajuda financeira, levando o governo a envolver-se com uma indústria privada.

No ano passado o déficit público — descontadas as correções monetária e cambial — ficou em 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Neste ano os ministros econômicos tentam mantê-lo abaixo de 7%. Sem uma reforma do governo, não se derrubará o déficit com segurança, não se controlará a inflação e não se livrará o País de perder outra década e talvez a democracia. O novo presidente receberá como herança todas essas ameaças.

□ Ver mais informações sobre a herança econômica do próximo presidente na página 4.